

Colin vai ao SNI e pede calma a seus funcionários

BRASILIA (O GLOBO) — O Presidente do Banco do Brasil, Osvaldo Colin, reuniu-se ontem com o Ministro-Chefe do SNI, General Otávio Medeiros, no Palácio do Planalto, e à saída disse não estar havendo pressões do Banco do Brasil contra o projeto de decreto-lei alterando a política de pessoal das empresas estatais, mas tão-somente um movimento de defesa de direitos adquiridos.

Colin revelou que na última sexta-feira teve um encontro com o Ministro-Chefe da Casa Civil, Leitão de Abreu, para alertar que o decreto-lei podia suscitar muitas ações trabalhistas contra o Banco do Brasil.

— Tenho esperanças de que o decreto-lei — declarou — vá cortar muitos abusos, mas o Governo está incorporando sugestões e acredito que as gratificações do Banco do Brasil, que existem desde 1920 e são incorporadas aos salários, serão preservadas.

O Presidente do Banco do Brasil informou que, em função do decreto-lei, os pedidos de aposentadoria se

avolumaram no BB, já chegando a 500, estimando-se, ainda sem precisão, que já tenham atingido cerca de três mil, somando-se os encaminhados à previdência social.

Ele fez questão de dar um recado aos funcionários do BB:

— O Presidente do Banco tem a dizer aos seus funcionários que defendam seus direitos, mas não se precipitem. O Governo está aberto a sugestões e é preciso que confiem na decisão final do Governo.

Colin disse ainda não acreditar que o parágrafo terceiro, do Artigo 11, da minuta do decreto-lei, se refira ao Banco do Brasil.

Por este parágrafo, mediante expressa autorização do Ministro de Estado a quem se vincula a empresa, poderão ficar inalteradas gratificações estatutárias que não aquelas auferidas por resultados de balanço, produtividade, eficiência, assiduidade e lucros, desde que a empresa opere em regime de competição com a iniciativa privada, tenha registrado lucro nos três últimos anos e apresente uma relação adequada entre o exigível e o não-exigível.